



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS

**TERMO DE REFERÊNCIA****1. Descrição do objeto**

1.1. Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de filmagem, gravação audiovisual, monitoramento, reprodução local e transmissão ao vivo, via internet, do Teste de Integridade das Urnas Eletrônicas das Eleições 2026, no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins, com fornecimento de infraestrutura técnica, equipamentos, materiais, equipe especializada e demais insumos necessários à execução integral do objeto.

1.2. O objeto compreende:

1.2.1. Filmagem individualizada das urnas eletrônicas submetidas ao Teste de Integridade.

1.2.2. Captação de imagens ambientais do evento.

1.2.3. Gravação contínua e ininterrupta de vídeo durante toda a execução dos trabalhos.

1.2.4. Transmissão ao vivo no canal oficial do TRE-TO no YouTube.

1.2.5. 1.2.5. Reprodução local das imagens em monitores, quando exigido pela fiscalização.

1.2.6. 1.2.6. Disponibilização de infraestrutura técnica completa, inclusive rede, energia estabilizada, armazenamento, redundância e contingência.

1.2.7. 1.2.7. Entrega do material audiovisual gravado em mídia digital, nos formatos e prazos definidos neste Termo de Referência.

1.3. Quantitativos previstos:

1.3.1. No 1º turno, filmagem de 20 (vinte) urnas eletrônicas.

1.3.2. No 2º turno, se houver, filmagem de 20 (vinte) urnas eletrônicas.

1.4. Local previsto de execução:

1.4.1. Município de Palmas - TO.

1.5. Natureza do objeto:

1.5.1. Serviço comum, de natureza não continuada, a ser contratado por lote único/global.

1.6. Prazo de vigência:

1.6.1. O contrato terá vigência a partir da sua assinatura até o encerramento de todas as obrigações dele decorrentes, inclusive recebimento definitivo, pagamento e eventual execução do segundo turno, se houver, observado o exercício de 2026.

## 2. Justificativa para a contratação

2.1. A contratação decorre da necessidade de assegurar a regular execução do Teste de Integridade das Urnas Eletrônicas nas Eleições 2026, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, com a Resolução TSE nº 23.673/2021 e com a Resolução TSE nº 23.758/2026, que disciplinam os procedimentos de fiscalização e auditoria do sistema eletrônico de votação.

2.2. O Teste de Integridade constitui procedimento sensível e de elevada criticidade institucional, voltado à transparência, auditabilidade e confiabilidade do processo eleitoral. A gravação integral e a transmissão ao vivo do evento conferem publicidade aos atos praticados, ampliam o controle social e preservam evidências audiovisuais relevantes da auditoria.

2.3. A solução proposta prioriza:

2.3.1. Equipe técnica mínima adequadamente dimensionada.

2.3.2. Equipamentos profissionais compatíveis com captação e transmissão em Full HD.

2.3.3. Redundância obrigatória de gravação, energia, mídia e equipamentos críticos.

2.3.4. Testes prévios completos.

2.4. O agrupamento em lote único/global justifica-se pela necessidade de integração técnica e operacional entre equipamentos, equipe, transmissão, gravação, monitoramento, contingência e suporte, de modo a evitar incompatibilidades, dispersão de responsabilidades e risco ao resultado do evento.

2.5. O objeto não possui natureza continuada.

## 3. Descrição completa da solução

3.1. A solução consiste na contratação de empresa especializada apta a executar, de forma integrada e sob sua inteira responsabilidade, todos os serviços necessários à captação, gravação, monitoramento, reprodução local e transmissão ao vivo do Teste de Integridade das Urnas Eletrônicas das Eleições 2026.

3.2. Deverão compor a solução, no mínimo:

3.2.1. Câmeras profissionais com saída clean HDMI e resolução mínima Full HD (1920 x 1080).

3.2.2. Tripés, suportes e acessórios compatíveis com as câmeras e com os demais equipamentos da solução.

3.2.3. Sistema de captação e gravação individualizada por urna, composto por switchers de vídeo profissionais, placas de captura multicanal ou gravadores digitais (hardware) aptos a processar e armazenar múltiplos fluxos de vídeo Full HD simultâneos sem perda de quadros (dropped frames).

3.2.4. Sistema de captação e transmissão das imagens ambientais do evento.

3.2.5. Estações de gravação, monitoramento e controle.

3.2.6. Monitores para acompanhamento local, quando demandados.

3.2.6.1. 2 (dois) painéis de LED com dimensões de 3x2 metros (6 m²) cada, com processador de vídeo compatível com entrada HDMI e exibição em mosaico.

3.2.6.2. 3 aparelhos de televisão LED ou superior, de no mínimo 42 polegadas, compatíveis com a saída de vídeo do gravador digital.

- 3.2.7. Infraestrutura elétrica com estabilização e contingência.
- 3.2.8. Infraestrutura de dados e interconexão necessária à solução.
- 3.2.9. 3Mídias e armazenamento suficientes para gravação integral, com redundância.
- 3.2.10. Equipe técnica para instalação, operação, supervisão, suporte e desmontagem.
- 3.3. Quantitativos mínimos da solução:
- 3.3.1. Os quantitativos mínimos da solução são os seguintes **para o 1º primeiro e o 2º segundo turno se houver**:

QUANTIDADE	EQUIPAMENTOS E ESPECIFICAÇÕES PARA A FILMAGEM
20 (vinte)	CÂMERAS DE FILMAGEM com possibilidade de ajuste prévio e gravação da data e hora durante todo o processo, dedicadas à captação das urnas
3 (três)	Câmeras adicionais para cobertura do ambiente e transmissão ao vivo
2 (dois)	Painéis de Led com comprimento de 3 x 2 m, para transmissão de imagens de 20 câmeras, sendo 10 para cada Pannel, com identificação do nome da Seção eleitoral e Zona Eleitoral da filmagem de cada urna eletrônica.
3 (três)	APARELHO DE TELEVISÃO LED ou superior, de no mínimo 42 polegadas, para transmissão das imagens geradas, do ambiente e das urnas.
10 (dez)	Horas de gravação para cada urna, na cidade de Palmas-TO, para um total de 20 (vinte) urnas eletrônicas.
3 (três)	Profissionais na equipe mínima com qualificados para montagem, operação e suporte

Deverão ser observados também os requisitos técnicos abaixo transcritos:

- a) utilização de 20 (vinte) câmeras digitais profissionais, de alta definição, sendo 1(uma) para cada urna eletrônica submetida à auditoria;
- b) as câmeras das urnas eletrônicas deverão ter a reprodução da imagem filmada no Pannel de Led;
- c) captação de áudio através de microfone tipo headset, sendo necessário 1 (um)microfone para cada uma das câmeras focadas nas urnas eletrônicas, totalizando 20(vinte) microfones;
- d) gravação de áudio e vídeo para cada uma das câmeras, em 20 (vinte) vias independentes e simultâneas, mais 20 (vinte) vias para efeito de backup com possibilidade de recuperação dos dados imediatamente após o final dos trabalhos de gravação;
- e) será imprescindível o registro da data/hora das filmagens de cada câmera;
- f) deverá haver monitoramento simultâneo de todas as câmeras com uso de multiplexador e gravação desse sinal com projeção no painel de Led;

- g) o período de gravação deverá ser o da duração do processo de auditoria da votação eletrônica com garantia de continuidade, sem interrupções nem omissão de qualquer momento do período;
- h) gravação em formato digital, entrega do material gravado em arquivos digitais, em um dos seguintes padrões: Windows Media Vídeo (WMV), Audio Vídeo Interleave (AVI), Moving Picture Experts Group (MPEG), OGG Media File (OGG) ou Apple Quicktime (MOV) e MP4, deverá ser entregue as mídias em USB 3.0 e que deverá ser realizado o aceite das mídias pela comissão.
- i) o posicionamento das câmeras, dos painéis e dos equipamentos de gravação deverá obedecer as determinações do contratante;
- l) além dos requisitos técnicos específicos necessários à realização do serviço de filmagem, deverá abranger todas as etapas de Auditoria de funcionamento das Urnas Eletrônicas, incluindo abertura dos trabalhos, rotinas de votação e encerramento dos trabalhos, devendo o material gravado ser entregue até 3 horas após o encerramento de cada Turno.
- h) após a contratante salvar o material gravado no servidor do TRE, as mídias serão devolvidas ao contratado.

3.4. Não se admitirá solução baseada exclusivamente em equipamentos amadores, domésticos ou inadequados ao uso profissional e contínuo do evento

#### 4. **Requisitos da contratação**

4.1. Exigências Relacionadas À Manutenção, Assistência Técnica Ou Garantia.

4.1.1. A contratada deverá assegurar suporte técnico integral durante todas as fases da execução, incluindo montagem, testes, operação no dia do evento, desmontagem e entrega do material final.

4.1.2. Em caso de falha de equipamento, software, mídia, conexão, captura ou gravação, a substituição ou correção deverá ser imediata, sem ônus adicional para o TRE-TO, com utilização dos recursos de contingência previstos contratualmente.

4.2. Normas Legais, Regulamentares E Convencionais

4.2.1. A contratação deverá observar a Lei nº 14.133/2021.

4.2.2. A contratação deverá observar, no que couber, o Decreto nº 11.246/2022.

4.2.3. A contratação deverá observar a [Resolução TSE nº 23.673/2021](#).

4.2.4. A contratação deverá observar as normas internas do TRE-TO aplicáveis ao planejamento, à gestão e à fiscalização das contratações.

4.2.5. A contratação deverá observar as regras da plataforma oficial utilizada para transmissão no canal do TRE-TO no YouTube.

4.3. Início, Data De Entrega E Período De Execução

4.3.1. Deverá ser facultada vistoria técnica até a véspera da sessão pública.

4.3.2. Deverá ser realizada reunião de alinhamento inicial com a fiscalização em até 5 (cinco) dias úteis após a convocação ou assinatura do instrumento contratual, preferencialmente na sede do TRE-TO, em Palmas-TO, ou por videoconferência, a critério da fiscalização.

4.3.3. Deverá ser realizado teste prévio da solução no TRE-TO, em 1 (um) dia, a ser agendado pela fiscalização entre 03/08/2026 e 21/08/2026, para verificação da adequação técnica da solução proposta.

4.3.4. O teste prévio deverá contemplar, no mínimo, amostra representativa da solução a ser utilizada na execução, incluindo 3 (três) câmeras filmadoras, ligação em rede de energia com no-break ou solução equivalente, saída HDMI, gravação individual em mídia digital, capacidade de captar a tela da urna com nitidez a curta distância aproximada de 1 (um) metro, 3 (três) monitores ou televisores para reprodução local das imagens, transmissão ao vivo, alimentação elétrica contínua e integração entre os equipamentos essenciais.

- 4.3.5. A instalação e os testes prévios finais da solução deverão estar concluídos, no 1º turno, até 03/10/2026 (sábado), às 18h.
- 4.3.6. No 1º turno, a operação integral da auditoria deverá ocorrer em 04/10/2026, a partir das 6h até o encerramento dos trabalhos, a validação final da solução deverá ocorrer antes do início da auditoria.
- 4.3.7. No 2º turno, se houver, a montagem deverá estar concluída até 24/10/2026 e a operação integral da auditoria deverá ocorrer em 25/10/2026, a partir das 6h até o encerramento dos trabalhos, a validação final da solução deverá ocorrer antes do início da auditoria.
- 4.3.8. Deverão ser realizados a desmontagem e a retirada dos equipamentos ao final da execução.
- 4.3.9. Deverá ser realizada a entrega do material gravado.
- 4.3.10. A contratada deverá apresentar plano de execução e relação de equipe e equipamentos em até 5 (cinco) dias úteis após a convocação ou assinatura do instrumento contratual.
- 4.3.11. A instalação final e os testes completos deverão ocorrer com antecedência suficiente para que a fiscalização valide toda a solução até o horário limite da conclusão da montagem de cada turno, recomendando-se início em até 2 (dois) dias antes do evento.
- 4.3.12. O material final deverá ser entregue em até 5 (cinco) dias corridos após cada turno, em mídia digital devidamente identificada, acompanhado de relação dos arquivos entregues.
- 4.4. Critérios De Sustentabilidade
- 4.4.1. Deverão ser utilizados, quando aplicável, equipamentos energeticamente eficientes.
- 4.4.2. O uso de materiais descartáveis deverá ser minimizado, quando aplicável.
- 4.4.3. Os resíduos eventualmente gerados deverão ter destinação ambientalmente adequada, quando aplicável.
- 4.4.4. Deverão ser adotadas boas práticas de organização e racionalização do consumo de energia, quando aplicável.
- 4.5. Justificativa Para Exigência De Especificações Que Possam Restringir A Competitividade
- 4.5.1. As exigências técnicas constantes deste Termo de Referência justificam-se pela criticidade do objeto, pela necessidade de captação audiovisual contínua e confiável, pela simultaneidade da operação em múltiplas urnas e pela necessidade de transmissão pública em tempo real.
- 4.5.2. Os equipamentos deverão possuir padrão profissional.
- 4.5.3. Não será admitida solução baseada em câmeras Wi-Fi simplórias como núcleo principal da captação.
- 4.5.4. A captação deverá observar resolução mínima Full HD.
- 4.5.5. As câmeras deverão dispor de clean HDMI, quando aplicável.
- 4.5.6. A solução deverá prever redundância de gravação e disponibilidade de equipamentos críticos.
- 4.5.7. A execução deverá contar com equipe técnica mínima.
- 4.5.8. A licitante deverá comprovar experiência prévia compatível com serviços de natureza e complexidade semelhantes.
- 4.5.9. Tais requisitos são necessários e proporcionais para resguardar a confiabilidade, a continuidade e a qualidade do serviço.
- 4.6. Necessidade De Vistoria Prévia
- 4.6.1. Será facultada à licitante a realização de vistoria prévia no local de execução dos serviços, para pleno conhecimento das condições físicas, elétricas, logísticas e operacionais do ambiente.

4.6.2. A não realização da vistoria não poderá embasar alegação futura de desconhecimento das condições locais, devendo a licitante que optar por não realizá-la apresentar declaração formal de pleno conhecimento das condições físicas, elétricas, logísticas e operacionais do ambiente.

4.6.3. A não realização da vistoria não afastará a responsabilidade integral da contratada pela execução do objeto.

## 5. **Modelo de execução do objeto**

### 5.1. Prazos Contratuais

5.1.1. A execução observará os seguintes prazos:

5.1.2. Planejamento, alinhamento inicial e apresentação do plano executivo em até 5 (cinco) dias úteis após a convocação ou assinatura do instrumento contratual.

5.1.3. Realização de teste prévio da solução em data agendada pela fiscalização, entre 03/08/2026 e 21/08/2026.

5.1.4. Instalação, testes prévios finais e validação formal pela fiscalização antes do início da auditoria.

5.1.5. Operação no 1º turno.

5.1.6. Eventual operação no 2º turno.

5.1.7. Desmontagem.

5.1.8. Entrega do material final em até 5 (cinco) dias corridos após cada turno.

5.1.9. Saneamento de inconsistências eventualmente apontadas pela fiscalização.

### 5.2. Descrição Da Dinâmica Do Contrato

5.2.1. Inicialmente, será realizada reunião entre o TRE-TO e a contratada, em até 5 (cinco) dias úteis após a convocação ou assinatura do instrumento contratual, preferencialmente na sede do TRE-TO, em Palmas-TO, ou por videoconferência, a critério da fiscalização, para validação do planejamento executivo.

5.2.2. Na sequência, a contratada apresentará a equipe, o preposto, o responsável técnico e a relação de equipamentos.

5.2.3. Em data agendada pela fiscalização, será realizado teste prévio da solução, com apresentação de amostra representativa da infraestrutura proposta, para verificação da adequação técnica dos equipamentos e da capacidade operacional da contratada.

5.2.4. Antes do evento, deverão ser concluídas a instalação e os testes da infraestrutura completa, inclusive câmeras, áudio, painel de LED, televisores, gravação, armazenamento, redundância, estabilização de energia e integração com o link de internet fornecido pelo TRE-TO.

5.2.5. A fiscalização realizará a validação técnica prévia da solução instalada.

5.2.6. No dia do Teste de Integridade, a contratada executará integralmente os serviços, com acompanhamento da fiscalização.

5.2.7. Encerrado o evento, serão realizados a desmontagem e a retirada dos equipamentos.

5.2.8. Ao final da execução, a contratada promoverá a entrega do material gravado e da documentação de fechamento.

5.2.9. A contratada deverá manter, no mínimo, 3 (três) técnicos ou profissionais qualificados para montagem, operação, acompanhamento e suporte da infraestrutura e dos equipamentos durante a execução.

5.2.10. O quantitativo mínimo acima não exclui a obrigação de disponibilizar equipe suficiente para a perfeita execução do objeto.

- 5.2.11. A fiscalização poderá exigir substituição de profissional sem qualificação, sem identificação ou com conduta incompatível.
- 5.2.12. As câmeras deverão possuir resolução mínima Full HD (1920 x 1080).
- 5.2.13. As câmeras destinadas à captação das telas das urnas deverão ser aptas a captar, com nitidez, definição e legibilidade, as informações exibidas na tela, em operação contínua durante todo o período da auditoria, vedado o uso de equipamentos inadequados ao uso profissional ou que comprometam a estabilidade da captação do sinal principal.
- 5.2.14. As câmeras deverão dispor de alimentação elétrica contínua por fonte AC, adaptador equivalente ou solução técnica compatível, apta a manter a operação ininterrupta durante todo o período de execução, sem dependência exclusiva de baterias recarregáveis.
- 5.2.15. Os equipamentos de captação deverão ser aptos à operação contínua em gravação e/ou transmissão ao vivo por período superior a 12 (doze) horas, sem desligamento automático por limitação de software, tempo máximo de gravação ou superaquecimento, observadas as condições normais de uso do evento.
- 5.2.16. A gravação deverá ser contínua, sem interrupções, observado, no mínimo, o período a partir das 6h do dia da auditoria até o encerramento do evento.
- 5.2.17. A transmissão ao vivo deverá ocorrer no canal oficial do TRE-TO no YouTube, disponível em <https://www.youtube.com/@justicaeleitoralto>.
- 5.2.18. A contratada deverá fornecer todos os equipamentos, softwares, licenças, cabeamentos, acessórios e recursos técnicos necessários ao funcionamento da solução, competindo ao TRE-TO disponibilizar o link de internet institucional a ser integrado à solução de transmissão.
- 5.2.19. Deverá ser disponibilizado sistema de exibição composto por 2 (dois) painéis de LED com dimensões de 3x2 metros (6 m²) cada, com resolução mínima (pixel pitch) adequada para garantir a legibilidade de caracteres de texto em mosaico de até 20 divisões simultâneas.
- 5.2.20. Cada painel de LED deverá incluir processador de vídeo (Video Wall Controller) capaz de receber sinal via interface HDMI, bem como permitir a configuração da camada de vídeo (OSD) para identificação clara da Zona Eleitoral e da Seção em cada canal.
- 5.2.21. A contratada deverá prover toda a estrutura de montagem, cabeamento e suporte técnico necessários à operação contínua dos painéis de LED durante o período de auditoria.
- 5.2.22. As imagens das câmeras deverão ser concentradas e projetadas nos painéis de LED.
- 5.2.23. A contratada deverá disponibilizar recursos técnicos para que as imagens projetadas nos painéis de LED possam ser transmitidas pela internet, ao vivo.
- 5.2.24. Deverão ser fornecidos 3 aparelhos de televisão coloridos com tecnologia de tela LED ou superior, tamanho mínimo de 42 polegadas e resolução Full HD ou 4K, compatíveis com a saída de vídeo do gravador digital.
- 5.2.25. Os aparelhos de televisão deverão possuir entrada HDMI para recepção do sinal de vídeo e áudio das 18 câmeras em mosaico, permitindo a visualização nítida de textos e dados gerados pelas urnas.
- 5.2.26. Os aparelhos de televisão deverão ser fornecidos com suportes de fixação estáveis, inclusive pedestais ou suportes de parede, e cabeamento de alta velocidade apto a garantir a fidelidade da transmissão durante todo o processo de auditoria.
- 5.2.27. A solução deverá contar com redundância de gravação para evitar perda de conteúdo.
- 5.2.28. A redundância de mídia de armazenamento deverá ser adotada, quando tecnicamente cabível.
- 5.2.29. Equipamentos críticos de captação e operação deverão dispor de redundância.
- 5.2.30. A energia deverá contar com redundância por meio de no-break, estabilização ou solução equivalente.

- 5.2.31. A contratada deverá apresentar plano de contingência documentado para substituição imediata de itens com falha.
- 5.2.32. Serão obrigatórios teste completo de captação por urna, teste de gravação contínua, teste de transmissão ao vivo com integração ao link institucional do TRE-TO, teste de reprodução local, teste de identificação visual dos canais e teste de contingência de energia, com registro das ocorrências e validação pela fiscalização.
- 5.3. Regime De Execução
- 5.3.1. Empreitada por preço global, em lote único, com execução integral pela contratada.
- 5.4. 5.4. Horários
- 5.4.1. A execução observará o seguinte quadro de horários:

**PRIMEIRO TURNO: CRONOGRAMA DA FILMAGEM DAUDITORIA DO TESTE DE INTEGRIDADE DAS URNAS**

**ELETRÔNICAS**

Dia	Horário	Local/Dependência	Descrição dos Serviços
Entre 03/08/2026 e 21/08/2026	A ser definido	Palmas / Sede do TRE (presencial)	Realização em 1 (um) dia, com amostra representativa da solução. Teste prévio da solução no TRE-TO
Até 5 dias úteis após a convocação ou assinatura do contrato	A ser definido	Palmas / Sede do TRE ou por videoconferência	Preferencialmente na sede do TRE-TO ou por videoconferência
02 de outubro de 2026 (sexta-feira)	A partir das 15h	Local a definir	iniciar a instalação e testes dos equipamentos.
03 de outubro de 2026 (sábado)	A partir das 8h até às 18h	Local a definir	Conclusão da instalação e dos testes prévios finais do 1º turno Solução integralmente montada e validável pela fiscalização
04 de outubro de 2026 (domingo)	6h às 17h ininterrupto	Local a definir	Operação integral do Teste de Integridade:  Chegada no local deverá ocorrer às 6h.  Realização das filmagens das 20(vinte) urnas eletrônicas do teste integridade, a partir das 7h, prolongando-se até que as urnas sejam desligadas, o que deverá acontecer até às 17h, o que resulta em duração estimada para o evento de 10 (onze) horas, ou 600 (seiscentos minutos), por cada câmera.

**SEGUNDO TURNO (caso haja segundo turno): CRONOGRAMA DA FILMAGEM DAUDITORIA DO TESTE DE INTEGRIDADE DAS URNAS ELETRÔNICAS**

Dia	Horário	Local/Dependência	Descrição dos Serviços
23 de outubro de 2026 (sexta-feira)	A partir das 15h	Local a definir	iniciar a instalação e testes dos equipamentos.
24 de outubro de 2026 (sábado)	A partir das 8h até às 18h	Local a definir	Conclusão da instalação e dos testes prévios finais do 1º turno  Solução integralmente montada e validável pela fiscalização
25 de outubro de 2026 (domingo)	6h às 17h ininterrupto	Local a definir	Operação integral do Teste de Integridade:  Chegada no local deverá ocorrer às 6h.  Realização das filmagens das 20(vinte) urnas eletrônicas do teste integridade, a partir das 7h, prolongando-se até que as urnas sejam desligadas, o que deverá acontecer até às 17h, o que resulta em duração estimada para o evento de 10 (onze) horas, ou 600 (seiscentos minutos), por cada câmera.

**5.5. Subcontratação**

5.5.1. Não será admitida subcontratação do núcleo essencial do objeto, especialmente da direção técnica da operação, da captação principal, da gravação principal, da transmissão ao vivo e do monitoramento e gerenciamento do evento.

**5.6. Ordem De Serviço**

5.6.1. O início da execução poderá ser formalizado por ordem de serviço, nota de empenho, contrato ou instrumento equivalente, conforme definido pela Administração.

**5.7. Obrigações Do Contratado**

5.7.1. Executar o objeto com estrita observância deste Termo de Referência.

5.7.2. Fornecer todos os equipamentos, materiais, softwares, acessórios e profissionais necessários.

- 5.7.3. Indicar formalmente preposto e responsável técnico.
- 5.7.4. Manter equipe mínima de 3 (três) técnicos ou profissionais qualificados.
- 5.7.5. Instalar, configurar, testar, operar, monitorar e desmontar toda a solução.
- 5.7.6. Assegurar gravação contínua e transmissão em padrão profissional.
- 5.7.7. Manter redundância operacional compatível com a criticidade do objeto.
- 5.7.8. Substituir imediatamente equipamento, mídia ou profissional que apresente falha ou inadequação.
- 5.7.9. Não utilizar equipamentos defeituosos, improvisados ou incompatíveis com os requisitos mínimos.
- 5.7.10. Entregar o material gravado nos prazos e formatos exigidos, em no mínimo 2 (duas) cópias integrais do conteúdo captado e do sinal efetivamente transmitido, em mídias digitais devidamente identificadas.
- 5.7.11. Atender prontamente às determinações da fiscalização e comunicar imediatamente qualquer ocorrência capaz de comprometer a gravação, a transmissão, a energia, a integridade das mídias ou a continuidade da operação.
- 5.7.12. Manter regularidade fiscal, trabalhista e de habilitação durante toda a execução.
- 5.7.13. Responder por danos causados à Administração ou a terceiros.
- 5.8. Obrigações Do Contratante
  - 5.8.1. Disponibilizar acesso ao local de execução, conforme cronograma.
  - 5.8.2. Prestar informações e esclarecimentos necessários.
  - 5.8.3. Designar fiscais e gestor do contrato.
  - 5.8.4. Acompanhar e fiscalizar a execução.
  - 5.8.5. Rejeitar total ou parcialmente o objeto executado em desconformidade.
  - 5.8.6. Efetuar o pagamento, desde que atendidas as condições contratuais.
- 5.9. Recebimento
- 5.10. O recebimento será definitivo, em até 5 (cinco) dias após a conclusão dos serviços e a entrega das mídias, desde que a execução da filmagem tenha ocorrido a contento e o conteúdo entregue seja validado pela fiscalização.
- 5.11. Para fins de recebimento definitivo, a fiscalização verificará a identificação das mídias, a abertura dos arquivos, a integridade do conteúdo entregue e sua correspondência com a execução realizada.
- 5.12. O recebimento não ocorrerá quando houver perda total ou parcial de gravação sem justificativa aceita, degradação relevante da qualidade das imagens, interrupção da transmissão por falha imputável à contratada, não observância dos requisitos mínimos de equipe, redundância ou equipamentos, ou entrega de material incompleto, corrompido, sem identificação adequada, desacompanhado da relação de arquivos ou em formato diverso do exigido.
- 5.13. Constatada desconformidade sanável, a contratada deverá promover a regularização no prazo fixado pela fiscalização, sem ônus adicional para o TRE-TO e sem prejuízo das glosas e sanções cabíveis.

## 6. Modelo de gestão de contrato

## 6.1. Modo De Formalização Da Contratação

6.1.1. A contratação será formalizada por instrumento contratual ou instrumento equivalente, conforme avaliação da Administração, consideradas a criticidade e as peculiaridades do objeto.

6.1.2. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e com a legislação aplicável, respondendo cada qual pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

## 6.1.3. Procedimentos De Fiscalização E Gerenciamento Do Contrato Ou Da Ata De Registro De Preços

6.1.4. O contrato será acompanhado por gestor e fiscais formalmente designados.

6.1.5. Compete à fiscalização acompanhar a execução física e técnica do objeto, registrar ocorrências, exigir correções, validar testes prévios, aferir a qualidade do serviço entregue, propor glosas e sanções quando cabíveis e emitir os termos de recebimento.

6.1.6. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização, mantendo registro formal da execução, das ocorrências relevantes e das medidas adotadas ao longo da contratação

## 6.1.7. Mecanismos De Comunicação Entre O TRE-TO e o Contratado

6.1.8. As comunicações serão realizadas preferencialmente por escrito, por meio de processo administrativo ou e-mail institucional.

6.1.9. Mensagens eletrônicas poderão ser utilizadas em caráter complementar e excepcional.

6.1.10. O TRE-TO poderá convocar representante da contratada para adoção imediata das providências necessárias à regular execução do objeto.

## 6.1.11. Procedimentos De Encerramento E Transição Contratual

6.1.12. Por se tratar de serviço não continuado, não se vislumbra transição contratual complexa.

6.1.13. A contratada deverá entregar integralmente os arquivos finais.

6.1.14. A contratada deverá repassar relatório sucinto de execução, se exigido.

6.1.15. A contratada deverá retirar seus equipamentos e materiais do local.

## 7. Critérios de medição e pagamento

7.1. O pagamento será vinculado à efetiva execução do objeto e ao atendimento dos requisitos de qualidade e conformidade estabelecidos neste Termo de Referência.

7.2. Será adotado pagamento por turno executado, condicionado ao recebimento provisório e definitivo, com glosas proporcionais em caso de falhas de qualidade ou descumprimento parcial.

7.3. Deverá constar instrumento de medição de resultado ou quadro de ocorrências, com registro individualizado das falhas verificadas, sua gravidade e o correspondente reflexo no pagamento.

7.4. O instrumento de medição deverá contemplar, no mínimo, a indisponibilidade da equipe técnica mínima, atraso na montagem ou nos testes, falhas de gravação, perda de trechos de imagem, degradação relevante da qualidade das imagens, falha de transmissão imputável à contratada, indisponibilidade da redundância prometida e descumprimento de determinações da fiscalização.

- 7.5. Não haverá glosa quando o serviço for executado integralmente, validado pela fiscalização e sem ocorrência relevante registrada no instrumento de medição.
- 7.6. Haverá glosa parcial em caso de falhas não impeditivas, mas com impacto objetivo na qualidade, na tempestividade ou na rastreabilidade do conteúdo entregue.
- 7.7. Haverá glosa severa, rejeição do turno afetado ou não recebimento do objeto em caso de perda de gravação, indisponibilidade crítica, falha de transmissão relevante, entrega imprestável do material ou inexecução parcial grave.
- 7.8. As glosas decorrentes do instrumento de medição observarão a proporcionalidade com a gravidade das ocorrências e poderão implicar o não pagamento, total ou parcial, do turno afetado quando o objeto entregue se revelar imprestável, sem prejuízo das sanções administrativas cabíveis.
- 7.9. O pagamento será efetuado em até 5 (cinco) dias úteis após a apresentação da nota fiscal ou fatura, desde que devidamente atestada pela fiscalização e atendidas as demais condições contratuais.
- 7.10. Havendo erro na apresentação da nota fiscal, dos documentos pertinentes à contratação ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até a regularização da pendência, sem ônus para a Administração.
- 7.11. O TRE-TO somente efetuará pagamento pelos serviços efetivamente executados e recebidos.

## 8. **Forma e critérios de seleção do fornecedor**

- 8.1. O fornecedor será selecionado por licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica, com critério de julgamento pelo menor preço global.
- 8.2. Não se recomenda a adoção de Sistema de Registro de Preços, por se tratar de demanda específica, pontual, com escopo delimitado, cronograma definido e consumo não repetitivo.
- 8.3. A licitante deverá atender aos requisitos de habilitação jurídica, fiscal, social, trabalhista, técnica e econômico-financeira previstos no edital e neste Termo de Referência.
- 8.4. **Para fins de comprovação da qualificação técnica, a licitante deverá apresentar atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem a execução satisfatória de serviços compatíveis em características com o objeto da contratação, abrangendo, no mínimo, 100 (cem) horas de gravação contínua, disponibilização de conteúdo audiovisual em mídia digital e a transmissão na internet.**
- 8.5. Para fins de qualificação econômico-financeira, deverão ser exigidos os documentos previstos no edital, inclusive certidão de falência e balanço patrimonial, se cabíveis.
- 8.6. Será permitida a participação de cooperativas, desde que atendidos os requisitos legais aplicáveis.
- 8.7. Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio.
- 8.8. A possibilidade de participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte será avaliada após a apuração do valor estimado da contratação, nos termos da legislação aplicável.

## 9. **Estimativa do valor da contratação**

- 9.1. O custo estimado da contratação deverá ser apurado em pesquisa de preços própria.

- 9.2. A pesquisa de preços deverá considerar contratações similares realizadas por outros Tribunais Regionais Eleitorais, pesquisa direta com fornecedores, contratações anteriores do próprio TRE-TO, se existentes, e parâmetros adicionais admitidos pela legislação.
- 9.3. O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso, com a finalidade de que os licitantes apresentem sua melhor proposta para o certame, nos termos da legislação aplicável, e será tornado público no momento processual cabível.

## 10. **Adequação orçamentária**

- 10.1. As despesas correrão a conta da dotação orçamentária própria consignada para as Eleições 2026.

## 11. **Sanções administrativas em caso de descumprimento contratual**

- 11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021. O contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

- 11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- a) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
  - b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem 11.1, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
  - c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem 11.1, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
  - d) Multa:
    - I. Moratória de 0,7% (zero vírgula sete por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da nota de empenho, até o limite de 10% (dez por cento);
    - II. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de 8% a 10% do valor da nota de empenho.
    - III. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 11.1, de 10% a 15% do valor nota de empenho.
- 11.3. Para infração descritas nas alíneas “a”, “b” e “d” do subitem 11.1, a multa será de 5% a 8% do valor da nota de empenho.

- 11.4. A aplicação das sanções previstas neste termo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 11.5. Todas as sanções previstas neste termo poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 11.6. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)
- 11.7. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 11.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 11.9. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021): a) a natureza e a gravidade da infração cometida; b) as peculiaridades do caso concreto; c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes; d) os danos que dela provierem para o Contratante; e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 11.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
- 11.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste edital ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 11.12. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.
- 11.13. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.
- 11.14. O Contratante promoverá o registro no SICAF de toda e qualquer penalidade imposta à Contratada.
- 11.15. A recusa injustificada do fornecedor em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará à multa compensatória no percentual de até 15% (quinze por cento) sobre o valor da proposta e, se for o caso, à imediata perda da garantia de proposta, em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

## 12. **Forma de reajustamento do contrato**

- 12.1. Não haverá reajuste, em razão da natureza pontual, não continuada e de curta duração da contratação.

12.2. Permanece resguardada a possibilidade de reequilíbrio econômico-financeiro nas hipóteses legalmente admitidas.

---

**MARIA ZITA RODRIGUES VILELA DIAS**

**Analista Judiciária**



Documento assinado eletronicamente em 12/06/2026, às 17:54, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

---



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-to.jus.br/autenticar> informando o código verificador **000012302690532** e o código CRC **19A3AC1F**.

---